

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

IMPACTOS DO AJUSTE FISCAL NO FINANCIAMENTO DO SUAS NO ESTADO DO AMAZONAS

Fernanda Ramos Pereira¹

Sandra Helena Ribeiro Cruz²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os impactos da Emenda Constitucional nº. 95/2016 no financiamento da Política de Assistência Social no estado do Amazonas. O artigo discute como o ajuste fiscal, vem desmontando o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), consolidado a partir de 2005 em todo país. Trata-se de uma discussão crítica sobre os impactos das medidas neoliberais no fundo público e na Política de Assistência Social. Usou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental. Concluímos que a captura do fundo público pelo capital tem rebatimentos sérios no financiamento da Política Assistência Social no estado do Amazonas, uma vez que os poucos recursos na área têm impedido a garantia dos direitos socioassistenciais, nos municípios mais longínquos do estado do Amazonas.

Palavras-chave: Ajuste fiscal; Neoliberalismo; Desfinanciamento do SUAS; Amazonas.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the impacts of Constitutional Amendment n. 95/2016 in the financing the Social Assistance Policy in the state of Amazonas. The article discusses how the fiscal adjustment has been dismantling the Unified System of Social Assistance (SUAS), consolidated since 2005 throughout the country. It is a critical discussion on the impacts of neoliberal measures on the public fund and on Social Assistance Policy. The bibliographic and documentary research was used as methodology. We conclude that the capture of the public fund by capital, has serious rebates in the financing of Social Assistance Policy in the state of Amazonas, since, the scarce resources in the area, has prevented the guarantee of social assistance rights, in the most distant municipalities of the state of Amazonas.

Keywords: Fiscal adjustment; Neoliberalism; Definancing of SUAS; Amazon.

¹ Assistente Social. Doutoranda do PPGSS da Universidade Federal do Pará (UFPA); Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM/AM). E-mail: fernand_ramos@hotmail.com

² Assistente Social. Doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: shelena@ufpa.br

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 70, inaugura-se uma nova fase de acumulação do capital, na qual o Estado neoliberal contribui com o crescimento e desenvolvimento do capital financeiro por meio da dívida pública, atingindo os países periféricos de forma contundente. A consequência desse processo tem sido a apropriação privada do fundo público pelo capital financeiro, tornando a políticas sociais cada vez mais focalizadas e seletivas.

O artigo propõe refletir sobre o processo de do (des)financiamento da Política de Assistência Social no estado do Amazonas, a partir de 2016, quando é instituído o Novo Regime Fiscal brasileiro. A redução contínua dos recursos na área vem inviabilizando o SUAS, uma vez que o desmonte vem sendo percebido sobretudo nos serviços socioassistenciais.

O artigo está dividido em duas partes. Na primeira seção, discorreremos sobre a ofensiva neoliberal no Brasil após o golpe de 2016 e os rebatimentos no financiamento da Política de Assistência Social brasileira. Na segunda parte do trabalho, discorreremos sobre os impactos do ajuste fiscal no financiamento da Assistência Social no estado do Amazonas, com ênfase no cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais. A metodologia adotada foi a pesquisa documental e bibliográfica. Espera-se com este trabalho contribuir com as discussões sobre o tema, buscando uma melhor compreensão da condição da Política de Assistência Social na atualidade, seus limites e desafios, diante do atual cenário de duros ataques ao Sistema de Proteção Social brasileiro.

2 AJUSTE FISCAL E OS REBATIMENTOS NO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Constituição Federal de 1988 representa um marco fundamental para o reconhecimento da Assistência Social como Política de Seguridade Social, junto com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

a Saúde e Previdência. A concepção de Seguridade Social amparada na carta Cidadã assegura um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. No entanto, durante o século XX, no Brasil, mais precisamente entre 1930 e 1980, a Assistência Social operou como benemerência estatal, por meio de práticas sociais fragmentadas, individualizadas e tuteladoras.

Para Yazbek (2004), é na Constituição de 1988 que encontramos a referência que fundamenta o processo inicial para a construção de uma nova matriz para a política pública de Assistência Social brasileira. Sposati (2003) reitera este posicionamento ao afirmar que a Assistência Social garantida na Constituição de 1988 possui uma concepção de direito de cidadania e proteção social numa perspectiva integral, superando aquela ideia equivocada de população carente ou marginal. Nessa perspectiva, a nova concepção de Assistência Social advinda da CF-88 tem como público-alvo os segmentos em situação de risco social e vulnerabilidade, não sendo destinada somente à população pobre.

Nesse contexto, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em dezembro de 1993, os preceitos constitucionais são reconhecidos legalmente e a Assistência Social passa a ser reconhecida como política e dever do Estado. No mesmo corpo legal, já havia a previsão de um Sistema Único, que indicava organizar as ações da política pública em todo o território nacional.

Assegurado na PNAS/2004 e instituído por meio da NOB-SUAS/2005, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) caracteriza-se por ser um sistema cujo modelo de gestão é público, descentralizado e participativo, que organiza em todo território nacional as ações da Política de Assistência Social, de acordo com a obrigação de cada ente federativo. O SUAS organiza as ações da Assistência Social por meio da Proteção Social Básica e Especial. O acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios se dá, principalmente, através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Com quase 18 anos de existência, o SUAS possibilitou avanços significativos na área, em relação aos processos de planejamento, gestão e avaliação das ações em nível nacional. Ele acumulou nos últimos anos conquistas fundamentais como: Aprovação da Política Nacional de Gestão do Trabalho no SUAS (NOB-SUAS RH); Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº. 109/2009); Plano Decenal I (2005- 2015) e II (2016-2026); Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (Resolução CNAS nº. 4/2013); fortalecimento do controle social, dentre outras.

No entanto, desde 2016, o SUAS vem sofrendo grandes retrocessos, num contexto de desmonte do Sistema de Proteção Social brasileiro, conforme sinaliza Silva et al.:

Inaugura-se um contexto conservador, de acirramento do neoliberalismo, no qual a Política de Assistência Social, política não contributiva, direcionada aos pobres, é amplamente atingida e os pobres são criminalizados e responsabilizados pela sua situação de pobreza e por possíveis desvios na implementação dos programas sociais a eles destinados (SILVA *et al.*, 2019: p. 298).

Há consenso que durante os governos petistas as políticas sociais assumiram um protagonismo, possibilitando ganhos sociais significativos para as classes trabalhadoras no Brasil, por meio do projeto de conciliação de classes. No entanto, o modelo de ajuste incorporado pelos governos petistas começa a dar sinais de esgotamento a partir da segunda década do século XXI, a partir da ofensiva das próprias elites, deflagrando assim a crise brasileira contemporânea e criando condições para o golpe de 2016 (CARVALHO; RODRIGUES JR., 2019).

A partir do golpe, o Estado brasileiro assume uma ofensiva restauradora do neoliberalismo no contexto de aprofundamento da crise brasileira. Behring (2019) afirma que após a deflagração do golpe, há no país uma forte persistência do neoliberalismo e de suas políticas de ajuste fiscal e que atingem, de forma deletéria,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



a política social. Têm-se, assim, um Estado fortemente autoritário e conservador, conforme descreve Silva *et al.*:

O Estado brasileiro torna-se conservador e autoritário, profundamente submetido aos interesses do capitalismo financeiro internacional, com verdadeiro desrespeito a princípios democráticos que vinham regendo a sociedade brasileira, cuja consequência de maior destaque é o amplo retrocesso dos direitos sociais e trabalhistas, além de desativação e redução de programas sociais relevantes para a população pobre (SILVA *et al.*, 2019: p. 299).

É neste cenário perverso de desmonte dos direitos sociais que a Assistência Social se encontra. Ainda, Silva *et al.* (2019) analisando a Política de Assistência Social e o SUAS, destaca que os avanços na área foram abruptamente interrompidos a partir do golpe de 2016, iniciando um processo de desconstrução de um Sistema de Proteção Social que avançava desde a Constituição Federal de 1988. Neste sentido, as autoras descrevem como vem se dando o desmonte na área:

São desmontes em curso, a comprometer o Sistema de Proteção Social Público, com repercussões drásticas nas políticas contribuintes deste Sistema: reduz a base de financiamento da Seguridade Social, restringe a abrangência de benefícios socioassistenciais, restabelece o poder federal centralizado, atropelando o pacto federativo (SILVA *et al.*, 2019: p. 305).

Evidencia-se, após o golpe de 2016, o confronto de dois projetos de Proteção Social para o Brasil: um de Proteção Social, com princípios universais, de acesso a todos, defendido por segmentos representativos dos sujeitos sociais que, historicamente, vêm construindo o SUAS; e outro projeto de Proteção Social conservador, ultraliberal e focalizado, voltado para o desmonte da Seguridade Social.

Em relação ao orçamento da Assistência Social, podemos afirmar que o cenário, a partir de 2016, se expressa pela redução dos recursos na área, sobretudo,

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

aqueles destinados ao cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais, pela criação de novos critérios de repasses baseados na meritocracia, condicionados ao bom desempenho das gestões dos municípios e o retorno de emendas parlamentares carimbadas. Neste sentido, o desfinanciamento federal viola uma das diretrizes estruturantes do Sistema, o qual prevê que o financiamento do SUAS deverá ser partilhado entre os entes através de transferências obrigatórias, regulares e automáticas entre os fundos de Assistência Social.

Diante disso, o impacto negativo da Emenda Constitucional n.95/2016 no orçamento da Assistência Social é observado inicialmente em meados de 2017, quando a proposta orçamentária aprovada pela Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), no valor de R\$ 59 bilhões, sofreu perdas em torno de 30% no orçamento proposto pelo Governo Temer (SILVA *et al.*, 2019). O Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas idosas sofreu redução de R\$ 410 milhões e o BPC para pessoas com deficiência perdeu R\$ 495 milhões. Na proposta orçamentária, estavam previstos apenas R\$1,1 bilhão para o financiamento dos serviços socioassistenciais, tendo uma redução de 56% na Proteção Social Básica (PSB) e 44% na Proteção Social Especial (PSE).

Ainda exemplificando o desmonte orçamentário do SUAS, o relatório do CONGEMAS intitulado “Análise do financiamento do SUAS e dos benefícios socioassistenciais”, publicado em 2022, demonstra que a partir da aprovação da E.C. n.95/2016, o Sistema ficou inviabilizado, uma vez que houve redução de R\$ 3,1 bilhão em 2014, para R\$ 1,1 bilhão em 2021. Desde então, gestores municipais vêm convivendo com a insegurança dos repasses mensais, o que tem comprometido a oferta dos serviços da Proteção Social Básica e Especial, nos 5. 570 municípios brasileiros.

A Emenda Constitucional n. 95/2016, além de congelar os recursos para os gastos sociais, apresenta outro problema da não execução orçamentária dos recursos. O Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2021, 2023), em seus estudos sobre os impactos da Emenda Constitucional n. 95/2016, vem denunciando

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

dois problemas em torno do financiamento das políticas sociais. O primeiro é que o orçamento previsto para o exercício é menor que o exercício anterior; e o segundo é que o executado pelo governo Federal é bem menor ainda. Exemplificando melhor como esse processo vem sendo observado no orçamento da Assistência Social, os dados do SIGA Brasil (2023) indicam que aproximadamente R\$ 47,4 bilhões deixaram de ser executados na área entre 2016 e 2022. Os dados revelam não somente que o ajuste fiscal pressiona o fundo público a disponibilizar mais recursos para o pagamento da dívida pública, como também pode indicar a falta de planejamento do governo na execução financeira dos recursos.

O ajuste fiscal também acabou com o cofinanciamento federal dos programas como o Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI) e o ACESSUAS trabalho, ambos de suma importância para o enfrentamento das desigualdades sociais no país, sobretudo em um contexto de crise econômica e sanitária, o que tem agravado a situação da pobreza, do desemprego e a fome, criando condições para o aumento das taxas de desemprego informal e da exploração do trabalho de crianças e adolescentes. Em contrapartida, os dados do Portal de Assistência Social dos Municípios (2023) indicam que o Programa Primeira Infância, no SUAS, recebeu do governo Federal, entre 2016 e 2020, o equivalente a R\$ 1,1 bilhão no período. Tudo indica que este programa acabou atraindo recursos dos serviços socioassistenciais, programas intersetoriais e do IGD-SUAS.

Outro componente do SUAS duramente afetado pelo ajuste fiscal foi o Índice de Gestão Descentralizado (IGD-SUAS), que teve seus recursos reduzidos e suspensos entre 2016 e 2021. Conforme os dados do Portal Assistência Social nos municípios, houve uma redução de R\$ 114,8 milhões, em 2016, para R\$ 42,8 milhões, em 2021, isto é, uma redução de 74,4% no período. Como sabemos, o IGD-SUAS é fundamental para o aprimoramento da gestão do SUAS, uma vez que ele foi criado com o intuito de avaliar a qualidade da gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios, bem como a articulação intersetorial.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Em relação aos impactos do ajuste fiscal no Programa Bolsa Família (PBF), podemos afirmar que desde início do governo Bolsonaro os ataques ao Programa Bolsa Família foram constantes. Nos últimos anos, milhares de benefícios foram bloqueados e cancelados sem nenhuma justificativa plausível. Essas medidas perversas adotadas pelo governo Federal denotam os impactos do ajuste fiscal nos programas de transferência de renda, que culminou com a extinção do PBF em outubro de 2021.

Considerado um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, o PBF tem contribuído, ao longo de quase duas décadas, para retirar da pobreza mais de 14 milhões de famílias em todo o país. O programa possui condicionalidades vinculadas à saúde e educação, cujo objetivo é garantir e ampliar proteção social aos mais vulneráveis. Segundo Santana *et al.* (2022), o PBF contribuiu nas últimas décadas para reduzir a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25%, uma vez que 70% dos recursos do programa alcançaram os 20% mais pobres do país.

Em dezembro de 2021, o governo Bolsonaro lança o programa de transferência de renda, denominado de Auxílio Brasil. O programa foi criado em meio à incerteza, porque ao decretar a extinção do PBF, o governo acabou com uma política social estruturante de dezoito anos. Tinha-se com o Auxílio Brasil um programa marcado por incerteza, porque a PEC dos precatórios, aprovada em dezembro de 2021, só garantia dotação orçamentária para financiar o programa até dezembro de 2022.

Fazendo uma breve análise da evolução histórica do orçamento do PBF, observa-se que o orçamento do programa saltou de R\$ 3,7 bilhões, em 2004, para R\$ 31,1 bilhões, em 2019 (CONGEMAS, 2021). Observa-se também que entre 2018 e 2019 ocorreu um aumento de 6% no gasto do PBF, passando de R\$ 30,5 bilhões em 2018, para R\$ 32,4 bilhões, em 2019 (IPEA, 2021). No entanto, o aumento do gasto não significou o aumento do número de beneficiários, uma vez que houve redução de aproximadamente 1 milhão de famílias beneficiárias entre 2018 e 2019. O IPEA esclarece que o aumento do gasto do PBF é explicado pelo pagamento de uma parcela extra do benefício em 2019, o chamado de “13º do Bolsa Família”,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

promessa de campanha presidencial, que foi cumprida à custa da redução dos beneficiários que foram retirados do programa.

Outra situação observada no PBF é o número expressivo de benefícios bloqueados e cancelados a partir de 2016 em todo o país. Os dados do CECAD (2023) revelam que mais de 25 milhões de benefícios foram bloqueados entre 2016 e 2019, e foi somente durante a pandemia da Covid-19 que o governo deu uma trégua nos bloqueios dos benefícios. As medidas perversas adotadas pelo Governo Federal denotam os impactos do ajuste fiscal nos programas de transferência de renda, o que culminou na extinção do PBF em outubro/2021.

Apesar da aparente estabilidade do programa entre 2016 e 2019, ele não acompanhou o aumento da pobreza no país. Em 2016, o PBF registrava 13,8 milhões de beneficiários e 14,2 milhões em 2020. No entanto, a cobertura do programa não acompanhou o aumento das taxas de pobreza e extrema pobreza no país. Destaca-se também que entre 2004 e 2014 o programa teve crescimento de 8,45% no aumento do número de beneficiários, no entanto, entre 2014 e 2020, o aumento foi de apenas 0,43% (CONGEMAS, 2022).

Por fim, o PBF começa a dar sinais de enfraquecimento com a implantação do Auxílio Emergencial em abril de 2020, quando foram gastos somente R\$ 9,6 bilhões com o programa. Com o agravamento da pandemia da Covid-19 e o acirramento das desigualdades sociais, o Governo Federal passou a sofrer forte pressão dos movimentos sociais e partidos de esquerda para a criação de um auxílio que contemplasse reais necessidades das famílias mais vulneráveis e expostas ao Coronavírus. Depois de muita pressão, o governo aprovou o auxílio no valor de R\$ 600,00, garantindo a cobertura de 68 milhões de brasileiros. Importante mencionar que o governo ignorou mais uma vez os trâmites legais da gestão da Política de Assistência Social, visto que o Auxílio Emergencial foi implantado sem a devida pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e deliberação no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), conforme prevê a LOAS/1993 e a PNAS/2004.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Em síntese, a situação do SUAS não é mais crítica porque o controle social tem feito incidência política junto ao Senado e à Câmara Federal para a defesa do orçamento do SUAS. Importante destacar o papel de liderança do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS) e sua articulação com o Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social (FONSEAS), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Fórum Nacional de Trabalhadores/as do SUAS (FNTSUAS), Fórum Nacional de Usuários do SUAS (FNUSUAS), Frente Nacional em Defesa do SUAS e Frente Parlamentar em Defesa do SUAS, na luta em defesa do SUAS e do cumprimento do pacto federativo.

3 O CENÁRIO DO (DES)FINANCIAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO AMAZONAS

Ao analisar os dados do “Portal Assistência Social nos Municípios/SUAS em Números” o montante de recursos do cofinanciamento federal, transferidos fundo a fundo para os 62 municípios do estado do Amazonas, verificou-se redução drástica dos recursos destinados aos serviços da Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). O ajuste fiscal vem atingindo negativamente a rede SUAS em todo o Estado, precisamente a partir de 2019, obrigando as prefeituras municipais a arcarem quase que integralmente com os custos dos serviços. Observa-se no estado do Amazonas, a redução dos recursos do cofinanciamento federal, no bloco da PSB, foi de 60,0% e 47,6% no bloco da PSE, entre 2016 e 2021, diferente dos estados das regiões Sul e Sudeste que tiveram perdas maiores na PSE (CONGEMAS, 2022).

No bloco da PSB, estão contemplados: os recursos usados para a execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); e o custeio com o aluguel e manutenção das lanchas da assistência social e equipes volantes dos CRAS. As lanchas da assistência social são usadas pelas equipes volantes do CRAS e dos materiais necessários para a oferta dos serviços e ações promovidas no âmbito da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

PSB em locais isolados do Estado. Portanto, a redução dos recursos federais tem comprometido a continuidade do trabalho das equipes técnicas, que visam o atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, que residem em comunidades ribeirinhas, cujo acesso se dá exclusivamente por meio de embarcações típicas da Amazônia.

As equipes volantes foram idealizadas no âmbito do SUAS como uma equipe adicional integrante do CRAS. Seu objetivo é prestar serviços de Proteção Social Básica em territórios extensos, isolados, áreas rurais e de difícil acesso, tendo em vista evitar a descontinuidade nos serviços ofertados às famílias. Por esta razão, deve ser planejado e posteriormente divulgado à população um cronograma de atividades que assegure o retorno periódico às comunidades visitadas, sendo as equipes volantes essenciais à Política de Assistência Social no território tão extenso quanto a Amazônia. No estado do Amazonas, há um total de 49 equipes volantes cofinanciadas pelo Governo Federal, em 46 dos 62 municípios do estado (SEAS, 2020)

Em consulta realizada no Portal SUASWeb/Parcelas pagas do FNAS, verificou-se que os municípios de Maués (médio porte) e Parintins (grande porte), ambos com equipes volantes, sofreram redução em torno de 84,1% e 31,8% nas parcelas do cofinanciamento federal entre 2016 e 2022. Enquanto os recursos das lanchas sofreram redução em torno de 40,0% no mesmo período.

Exemplificando melhor como o ajuste fiscal contribuiu para o desmonte dos serviços da PSB, os dados disponíveis no SUASWeb/parcelas, revelam que nos treze municípios da região metropolitana de Manaus, a redução das parcelas mensais do cofinanciamento federal do Componente Básico Fixo foi de 68,2% e do Componente Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), a redução variou entre 50,4% e 90,7%.

O desmonte dos serviços tem colocado em risco o acompanhamento social das famílias usuárias do CRAS. Os dados do último diagnóstico socioterritorial do estado do Amazonas (SEAS, 2020) apontam que em todo o estado do Amazonas, aproximadamente 57 mil famílias são usuárias do PAIF, o principal serviço da PSB.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Destaque para o município de São Gabriel da Cachoeira, localizado na microrregião do Alto Solimões, a 853 km de distância da capital Manaus, que apresenta grande número de comunidades ribeirinhas e maior concentração de população indígena do Brasil.

É importante ressaltar que os serviços socioassistenciais têm como horizonte o princípio da integralidade da proteção social, pois não se limitam apenas à necessidade de provisões de segurança de renda. Os serviços devem atuar fortemente nas seguranças de acolhida, de convívio, de autonomia, de apoio e auxílio, de modo a consolidar a perspectiva de integração de serviços e benefícios socioassistenciais, assim como de interação com os serviços das demais políticas setoriais (COLIN; RIZZOTTI, 2019).

Uma das principais conquistas do SUAS foi a construção coletiva da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Planejada e elaborada sob o prisma dos princípios da universalidade, gratuidade, integralidade, intersetorialidade e equidade, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais descreve os serviços oferecidos pelo SUAS através de níveis de proteção e complexidade. Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009, pode ser considerada um marco no âmbito da Assistência Social, uma vez que ela torna padrão os serviços em todo território nacional.

Em relação aos serviços da Proteção Social Especial, a situação é bastante preocupante. Como bem sabemos, os recursos do bloco da PSE são usados para cofinanciar serviços essenciais no âmbito do SUAS. De acordo com a PNAS/2004, os serviços de PSE se caracterizam por um conjunto de serviços que se destinam a proteger indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, cujos direitos foram violados ou ameaçados.

Os serviços da PSE exigem maior complexidade pela natureza dos riscos que protegem, das atenções que requerem, e da estreita interface com o Sistema de garantia de direitos. No entanto, verificou-se que o ajuste fiscal provocou maior

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



impacto no orçamento da PSE de alta complexidade. Os repasses federais para o Amazonas passaram de R\$ 3,6 milhões, em 2016, para R\$ 1,1 milhão, em 2021.

Dos 62 municípios do Amazonas, apenas os municípios de Coari, Tabatinga, Manacapuru, Tefé, Parintins e Manaus recebem cofinanciamento federal para a oferta dos serviços da PSE de alta complexidade, na modalidade 'acolhimento institucional'. A gestão estadual tem fomentado a oferta deste serviço com a rede complementar do SUAS, por meio dos termos de parcerias firmadas com as Organizações da Sociedade Civil (OSC's).

É neste contexto de crise, ajuste fiscal rígido e de aprofundamento da pobreza que vêm aumentando os registros de violações de direitos, sobretudo entre mulheres e crianças. O Diagnóstico da SEAS, publicado em 2020, identificou, entre 2016 e 2018, o aumento das ocorrências de violência envolvendo adolescentes na faixa etária de 13 a 17 anos. Os dados da Delegacia Especializada em Proteção às Crianças e Adolescentes (DEPCA) do estado do Amazonas, registrou 462 ocorrências de violência sexual praticadas contra crianças e adolescentes, no primeiro semestre de 2022. A Secretaria Estadual de Segurança Pública do Amazonas (SSP) divulgou, recentemente, que as agressões contra as mulheres tiveram um crescimento de 39% no 1º semestre de 2022, em relação ao mesmo período de 2021.

3 CONCLUSÃO

A situação do SUAS, tanto no Amazonas quanto em todo o território nacional, não é mais crítica porque o controle social tem feito incidência política junto ao Senado e à Câmara Federal para a defesa do orçamento do SUAS. Importante destacar o papel de liderança do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS) e sua articulação com o Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social (FONSEAS), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Fórum Nacional de Trabalhadores/as do SUAS (FNTSUAS), Fórum Nacional de Usuários do SUAS (FNUSUAS), Frente Nacional em Defesa do SUAS e Frente

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Parlamentar em Defesa do SUAS, na luta em defesa do SUAS e do cumprimento do pacto federativo.

Importante evidenciar que, mesmo no contexto de crise econômica em larga escala, um fio de esperança renasce no país com a vitória do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2022. Esperança de retomada e superação das desigualdades determinadas pela conjuntura pós-golpe de 2016 e expressas pelo aumento do desemprego, dos trabalhos informais e do retorno da fome no país. É urgente a defesa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o fortalecimento do Sistema de Proteção Social brasileiro inaugurado em 1988 pela constituição cidadã, como parte da estratégia que precisa desestruturar o “sociometabolismo” do capitalismo contemporâneo, evidenciado nos contextos de crise do capital, como afirma Meszáros (2002).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine. **Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização**. In: SALVADOR, Evilásio. [et al.] (orgs.). Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.

CARVALHO, Alba Maria Pinho e RODRIGUES Jr, Natan dos Santos. Modelos de ajuste nos governos petistas em meio à ideologia de conciliação de classes: chão histórico do golpe de 2016 no Brasil contemporâneo. **Em Pauta**. Rio de Janeiro. n. 44, v.17, set/2019.

CECAD. **Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único**. Série histórica do Programa Bolsa Família. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br>. acesso em 25 de janeiro 2023.

CONGEMAS. **SUAS em Números: Análise do Financiamento do SUAS e dos benefícios socioassistenciais. Volume 2**. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://assistenciasocialnosmunicipios.org>. Acesso em: 20 jan. 2023.

_____. **SUAS em Números: Proteção social, Desproteção e Financiamento do SUAS. volume 1: Projeto e Realidade Social no Contexto de Pandemia**. Curitiba, 2021.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



COLIN, Denise; RIZZOTTI, Maria Luiza. A trajetória de conquistas e desafios dos serviços socioassistenciais no Brasil: dez anos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. In: **Revista CONGEMAS**. Brasília. 2019.

INESC. **Depois do Desmonte. Balanço do Orçamento Geral da União**. Brasília 2023. Disponível em: www.inesc.org.br. Acesso em: 20 abril 2023.

_____. **A conta do desmonte: Balanço do Orçamento Geral da União 2021**. Disponível em www.inesc.org.br. Acesso em: 29 setembro 2022.

IPEA. Ministério da Economia. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília, 2021. Disponível: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10806>. Acesso em: 6 janeiro 2023.

PORTAL ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS. **SUAS em Números**: Painel de transferências federais. 2016 a 2021. Disponível em: <https://assistenciasocialnoscidades.org>. Acesso em: 27 janeiro 2023.

SANTANA Gislayne et al. (Des)financiamento da Assistência Social no Brasil em tempos de agudização da pobreza. **Temporalis**. Brasília. Ano 22, n.43, jan/jun.2022.

SEAS. Secretaria de Estado de Assistência Social. **Diagnóstico Socioterritorial do estado do Amazonas. 2020**. Disponível em www.seas.am.gov.br Acesso em: 15 dezembro 2022.

SIGA BRASIL. **Painel especialista**. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/sigabrasil> Acesso em: 30 março 2023.

SILVA, Maria Ozanira et al. **A Política de Assistência Social na conjuntura brasileira de desconstrução de direitos e de desmonte da Seguridade Social 2016/2018**. In: O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Norte e Nordeste. Cortez, São Paulo, 2019.

SPOSATI. Aldaíza. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**, 8.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. **As ambiguidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS**. *Revista Serviço Social & Sociedade*, ano XXV, nº 77, p. 11-29, mar. 2004.

PROMOÇÃO



APOIO